

Pagando para ver

William Waack

Vaga em resultados, a viagem do ministro Dilon Funaro rumo aos credores pelo menos deixou alguns pontos mais claros:

- Aparentemente o Brasil não tem um plano para renegociar seu débito externo com os bancos comerciais. Se for mesmo um segredo de estado, está bem guardado.
- Nem possui um plano econômico interno “coerente e consistente”, tal como exigido pelos credores. Se o plano existe, da mesma maneira está muito bem escondido.

Ninguém, dentro ou fora do Brasil, tem considerado essa tática (a do silêncio sobre itens concretos) como excepcionalmente feliz. Ao contrário de 1986, quando os negociadores brasileiros repetiam não ter qualquer pressa, o relógio agora não corre a seu favor. Há um prazo difícil de ser driblado encerrando-se a 31 de março: expiram nesse dia acordos de manutenção de créditos a prazo curto para bancos brasileiros operando no exterior. São uns 15 bilhões de dólares — muito para ser ignorado.

Declarar a suspensão do pagamento dos juros por prazo indeterminado e dirigir-se primeiro aos governos dos principais países industrializados foi um ato político de grande repercussão. “Falta agora”, comentam negociadores brasileiros diretamente envolvidos na operação, dentro e fora do país, “a capacidade administrativa para gerenciá-lo”.

Não só os credores gostariam de saber sem sombra de dúvidas quem comandará, de verdade, o processo de renegociação, seja lá quando for mesmo iniciado. A idéia da formação de uma “comissão de notáveis” para assessorar o presidente Sarney em questões de dívida externa conseguiu, até agora, o feito raro de provocar desmentidos de quem seria convidado, insegurança em quem está diretamente ligado à negociação e mais confusão ainda entre os credores. Quanto à falta de um plano econômico interno, causa menos espanto: desde novembro o Brasil, a rigor, não pode afirmar dispor de um conjunto de medidas ou de projetos para acabar com a inflação e estabi-

lizar a economia (o plano Sayad parece morto de nascença).

Se a velha e surrada imagem do jogo de cartas ainda serve para ilustrar qualquer coisa no presente relacionamento entre o governo brasileiro e seus credores comerciais, então é a de que ninguém ainda ganhou uma partida de poquer dando murros na mesa. Seria até mais apropriado virá-la, rasgar as cartas ou ignorar o jogo em si. Não se trata do caso: há bons motivos para crer que o Brasil também blefa.

Os credores deixaram transparecer diferenças de atitude frente a situação criada pela moratória brasileira. Alguns dos **money-centers** (os grandes bancos americanos) estariam dispostos a concessões, e de fato fecharam em velocidade inédita acordos com outros endividados, aceitando juros mais baixos, prazos mais longos, **spreads** (taxas de risco) reduzidos e até novos empréstimos para cobrir perdas de reserva. Outros, como o Citicorp, não estão dispostos a discutir nada fora do rotineiro “mesmo que a proposta faça sentido”, conforme assinalava um executivo em Nova Iorque, na semana passada.

Todos, porém, demonstram ter chegado à conclusão de que vale a pena pagar para ver até onde vai a coragem brasileira. Aposta-se evidentemente na hipótese de que o governo Sarney deu um salto à frente, já que tinha clamor nacionalista em torno de medida que nem de longe serviu para empolgar massas. Não é necessária muita perspicácia para supor que, no caso, “as massas” parecem primordialmente interessadas em defender um padrão de consumo que consideram diretamente ameaçado pela crise econômica.

Evidentemente a atitude brasileira iniciou um processo que pode rapidamente escapar do controle em qualquer das duas pontas. As declarações das autoridades brasileiras e dos países visitados por Funaro — os banqueiros estão sintomaticamente silenciosos — sublinham o fato de que, pelo menos no momento, ninguém parece estar interessado em assumir o risco e aprofundar o confronto. Funaro impressionou os jornalistas estrangeiros pelo tom moderado em todas as entrevistas coletivas internacionais

dos últimos dias. Seus colegas ministros e os presidentes de bancos centrais nos EUA e Europa não deram nenhuma demonstração pública de aberto apoio à causa brasileira (em alguns casos, muito pelo contrário), mas falaram muito em “entendimento” e “compreensão”. Também não é grande coisa: ninguém está disposto a servir de bandeja um prato desses — o descarado repúdio à suspensão dos pagamentos.

E claro que os argumentos de Funaro não caíram totalmente no vazio, por mais cínicos que possam ser seus interlocutores. Faz parte do tradicional discurso de europeus, por exemplo, e mais recentemente dos próprios americanos, a afirmação de que recessão e crise econômica nos países endividados não interessam a nenhuma parte envolvida nas negociações. Nenhum deles deixou de reconhecer que o Brasil fez extraordinários esforços de adaptação durante a explosão da crise do endividamento internacional — embora o próprio governo tivesse entregue a seus críticos no exterior, como o fracasso do Cruzado, o argumento de que a economia precisa internamente de outro tratamento.

Ao mesmo tempo, porém, o Brasil jogou na disputa (ainda que apenas nas entrelinhas) um argumento de força desconhecida, que o governo e políticos tendem a considerar extremamente convincente: o próprio peso da dívida-monstro brasileira, e os danos que uma atitude radical de Brasília poderia infligir ao sistema financeiro internacional. Um erro de avaliação, causado pela supervalorização da posição brasileira — e isto parece estar ocorrendo — levaria a circunstância catastrófica. Os bancos tiveram tempo e se prepararam para a “hipótese brasileira”. Os governos dos países industrializados adquiriram razoável experiência na coordenação de crises desastadas em momentos semelhantes (apenas o México “quebrou” duas vezes).

Só a convicção de que a causa é justa não adianta. Se o Brasil entrou nessa briga despreparado, em razoável improviso, sem coesão na equipe governamental e na sociedade, iludido quanto à própria força — os últimos indícios reforçam essa idéia —, o resultado será ruim.